

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Kassab: no momento, jogo para 2026 ficou imprevisível

Kassab: tarifaço travou o jogo de 2026

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, tem dito a interlocutores que enxerga três nomes com condições reais de se elegerem presidente da República em 2026, caso de fato concorram: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT); o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD). Mas Kassab observa: o tarifaço ameaça-

do pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, travou o jogo. Mais do que isso, lançou tudo para o imponderável. Principalmente porque o objetivo de Trump é político, não comercial. O que dificulta qualquer possibilidade de negociação. Ninguém, a não ser o próprio Trump, sabe exatamente o que ele quer. Nem até onde pode chegar com novas sanções.

Efeitos

Quem mais se prejudica e quem mais se beneficia politicamente com toda essa maluquice é algo, a essa altura, impossível de prever. Mesmo os efeitos econômicos, de fato, do tarifaço, neste momento, não estão muito claros, diante dos recuos de Trump.

Truco

Lula disse que iria trucar. Trucou. E Trump, pelo visto, correu. As exceções da lista praticamente tiraram do tarifaço os produtos exportados pelo Brasil que realmente são importantes. Ficou o café. Mas os cafeicultores brasileiros vêem alternativas, até no próprio mercado interno.



Tarcísio: mergulho momentâneo diante do quadro

Lula ganhou fôlego. Tarcísio teve de mergulhar

Há coisa de quatro semanas, Lula enfrentava seu pior momento. Caía seguidamente nas pesquisas. Chegou a cogitar não disputar a reeleição. Esse momento colocou Tarcísio de Freitas fortemente na disputa eleitoral. O jogo começou a virar após a derrota sobre o IOF no Congresso. E virou completamente após

o tarifaço. Lula ganhou o que até então não tinha: um discurso, uma linha. Hoje, avalia Kassab, voltou a ser o favorito na disputa. E Tarcísio, diante do seu jogo no muro com relação a Jair Bolsonaro, teve que mergulhar. Jogo que vai ficando impossível especialmente com as posições de Eduardo Bolsonaro.

Ratinho Jr.

Nesse sentido, melhor teria agido Ratinho Jr., que optou por ficar calado diante da confusão. Ainda que o Paraná, como qualquer outro estado brasileiro, tenha também seus prejuízos. Mas o momento era de observar a cena para não sair chamuscado por ela.

Leite

O PSD até pode vir a ter um candidato à Presidência somente para testá-lo. Mas Kassab quer estar mesmo em um jogo eleitoral para valer, dado o tamanho que o partido ganhou. Ratinho é hoje a preferência. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, o plano B.

PSD

No caso do PSD, Kassab tem dito que seu jogo depende do jogo de Tarcísio. Se Tarcísio optar pela reeleição como governador, Kassab deverá ser seu candidato a vice. Se Tarcísio sair para presidente, Kassab opta pela candidatura ao governo de São Paulo.

Trump

Mas tudo isso, Kassab tem dito, entrou para o terreno do imprevisível. Há um presidente de coloração alaranjada nos Estados Unidos que joga com peças que não são as da política tradicional. Com relação a elas, nem o astuto Gilberto Kassab consegue fazer a total leitura.

Trump impõe sanções a Moraes. Entenda efeitos

EUA aplicam contra ministro do STF a Lei Magnitsky

Por Karoline Cavalcante

Na iminência da aplicação das tarifas extras contra o Brasil, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), anunciou nesta quarta-feira (30) a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A decisão foi divulgada pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac), órgão ligado ao Departamento do Tesouro norte-americano.

De acordo com o documento oficial, a medida se baseia em alegações de “prisões arbitrárias” e na “supressão da liberdade de expressão” atribuídas ao magistrado. O texto menciona ainda que Moraes tem direcionado suas decisões contra políticos da oposição, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente réu no STF por suposta tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022, além de impor restrições a plataformas de mídia social sediadas nos EUA.

“De Moraes é responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos politizados – inclusive contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. A ação de hoje deixa claro que o Tesouro continuará a responsabilizar aqueles que ameaçam os interesses dos EUA e as liberdades de nossos cidadãos”, declarou o secretário do Tesouro, Scott Bessent.

Sanções

Em nota, o STF manifestou solidariedade ao ministro integrante da Corte e pon-



Lei usada contra Moraes foi pensada para violadores de direitos humanos

tuou que o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional.

“Todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo Colegiado competente. O Supremo Tribunal Federal não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”, disse a instituição.

Lei Magnitsky

Em entrevista ao Correio da Manhã, a Consultora Política e especialista em Relações Internacionais e Comércio Ex-

terior Giovana Emerick explicou o significado da inclusão do magistrado na legislação. Para ela, a decisão é mais do que simbólica e revela, acima de tudo, a interpretação unilateral de Trump para escolher alvos de sanção sem respaldo em processos ou consensos internacionais prévios.

Ela ressaltou ainda o momento da aplicação da medida — um dia antes, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, havia se manifestado publicamente em defesa da regulamentação das big techs — o que, segundo Emerick, dá ao caso “um tom ainda mais político”.

Bloqueios

A internacionalista explicou que, com a designação, to-

dos os bens e interesses de Moraes em território americano ou sob jurisdição dos EUA são imediatamente bloqueados. Isso inclui contas bancárias, investimentos, imóveis e até cartões de crédito de bandeiras como Visa, Mastercard e American Express.

Cidadãos e empresas dos EUA ficam proibidos de realizar qualquer transação com ele ou com entidades que ele controle, direta ou indiretamente, em 50% ou mais. A sanção pode ter efeitos globais devido à dominância do dólar no sistema financeiro internacional, e pode afetar ainda sua presença no meio digital, já que a maioria das empresas que operam as redes sociais, como X e Facebook, é dos Estados Unidos.

Oposição se movimenta a favor de asilo político para Zambelli

Por Karoline Cavalcante

O campo oposicionista brasileiro está se movimentando para impedir que a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) — que foi presa na última terça-feira (29), em Roma, na Itália — seja extraditada do país europeu. Coordenando os esforços, o líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), está a caminho da Itália para acionar as autoridades locais.

Em ofício enviado ao ministro da Justiça da República Italiana, Carlo Nordio, Cavalcante pleiteia pela concessão de asilo político à parlamentar sob a alegação de que Zambelli, juntamente a políticos conservadores de direita, tem sido alvo de “perseguição política” pelo atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em conluio com o Supremo Tribunal Federal (STF), “em especial pelo ministro Alexandre de Moraes”, — o magistrado é o relator dos processos que a envolvem na Corte, além de relatar também dos inquéritos sobre a suposta tentativa de golpe de Estado e sobre os ataques às sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023 — todas pautas sensíveis para a oposição.

Em outro trecho, o PL faz ainda uma analogia com o caso do jornalista Oswaldo Eustáquio, cuja extradição foi recusada pela Justiça da Espanha. Na ocasião, os juízes espanhóis consideraram que os crimes imputados a Eustáquio não tinham correspondência clara na legislação local, “considerando o pedi-



Zambelli aguarda em presídio na Itália

do apresentado pelo judiciário brasileiro como politicamente motivado”. O documento foi direcionado também para a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni; para o seu vice, Matteo Salvini, e para o presidente da Câmara dos Deputados da Itália, ministro Lorenzo Fontana.

“Viés político”

Segundo o advogado Fabio Pagnozzi — defensor de Zambelli — sua representada apresentou-se voluntariamente às autoridades do país. Em publicação na rede social X (antigo Twitter), Pagnozzi defendeu que ela seja julgada de forma imparcial, o que, segundo ele, no Brasil, não será possível. “No Brasil, infelizmente, há um claro viés contra pessoas do

espectro político conservador, o que compromete qualquer decisão. E isso tem se tornado cada vez mais evidente para o mundo inteiro”, defendeu.

Por outro lado, o deputado federal italiano Angelo Bonelli (Aliança Verde-Esquerda) afirmou, no dia da captura, que foi o responsável por informar à polícia local o endereço onde estava a parlamentar.

Foragida há quase dois meses, ela foi transferida para o presídio feminino de Rebibbia, na capital italiana, nesta quarta-feira (30), conforme informações da Folha de S. Paulo.

Tentativa de fuga

Para o advogado criminalista e doutor em Direito, Ricardo Yamin, a prisão foi de-

cretada corretamente. “Porque ela admitiu que fugiu do Brasil após condenada só aguardando o trânsito em julgado, então tem que ser presa por tentativa de fuga do país para não cumprir a pena. Daqui pra frente ela vai aguardar o julgamento preso no Brasil e o tempo computado desconta do tempo de prisão final”, afirmou ao Correio da Manhã.

Na avaliação do professor de Relações Internacionais e Economia do Ibmec de São Paulo, Alexandre Pires, independentemente do contexto em que a deputada foi colocada diante da Justiça italiana, respeitando o devido processo legal, o pedido de extradição — solicitado pela Justiça Brasileira — de alguém com alegada cidadania italiana demoraria alguns anos. Já o pedido de asilo político — solicitado por Zambelli — pode sair mais rapidamente, “em questão de semanas ou meses”.

“Um pedido da Justiça brasileira pela extradição e um pedido de asilo político de Zambelli correriam de modo separado, ainda que a defesa de Zambelli contra a extradição traga alegações diferentes. Porém, há a possibilidade de um nacional italiano cumprir pena por crimes julgados no Brasil, como parece ser o caso de Zambelli que alega dupla cidadania. Contudo, como é um caso criminal sem instância de recurso, por haver sido julgado no STF, Zambelli tende a ter garantias de uma revisão do julgamento”.